

LEI Nº 3.651 DE 26 DEZEMBRO DE 2013.

**”ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.”**

EDSON RENATO DIAS, Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Balneário Camboriú para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 655.583.255,00 (seiscentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais), sendo R\$ 497.140.267,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, cento e quarenta mil, duzentos e sessenta e sete reais) do Orçamento Fiscal, e R\$ 158.442.988,00 (cento e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único - Para efeito deste artigo entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	8.460.348
Fundo Municipal de Saúde	85.144.240
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.398.780
Fundo Municipal da Assistência Social	3.099.626
Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	58.339.994
TOTAL	158.442.988

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 655.583.255,00 (seiscentos e cinquenta e cinco milhões e quinhentos e oitenta e três mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 528.187.395,13 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e treze centavos) e para a Administração Indireta em R\$ 127.395.859,87 (cento e vinte e sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	453.607.389,00
1.1. Receita Tributária	165.469.500,00
1.2. Receita de Contribuições	21.832.700,00
1.3. Receita Patrimonial	39.055.475,00
1.6. Receita de Serviços	43.455.190,00
1.7. Transferências Correntes	146.567.554,00
1.9. Outras Receitas Correntes	37.226.970,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	172.747.872,00
2.1. Operações de Crédito	56.776.500,00
2.2. Alienação de Bens	500.000,00
2.4. Transferência de Capital	12.674.872,00
2.5. Outras de Capital	102.796.500,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	29.227.994,00
TOTAL	655.583.255,00

§ 2º - As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	14.340.500,00
02. Gabinete do Prefeito	32.603.000,00
03. Secretaria de Gestão Administrativa	32.830.500,00
04. Secretaria da Fazenda	26.195.318,00
05. Secretaria de Educação	118.252.955,00
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	73.610.439,13
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	87.353.500,00
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	1.580.000,00
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.403.000,00
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	8.606.670,00
12. Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública	10.439.000,00
13. Secretaria da Pessoa Idosa	185.000,00
20. Fundo Municipal de Saúde	85.144.240,00
21. Fundo Munic. De Melhoria da Polícia Militar	55.250,00
22. Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	2.693.000,00
24. Fundo Rotativo do Bem Estar Social	450.000,00
25. Fundo Municipal de Turismo	5.999.000,00
26. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.398.780,00
27. Fundo Municipal da Assistência Social	3.099.626,00
28. Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público de BC	8.460.348,00
29. Fundo Municipal de Prevenção Conta Sinistro	1.438.200,00
30. Fundação Municipal de Esportes	8.988.300,00
31. Fundo Municipal de Trânsito	9.445.019,00
32. Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	354.200,00
33. Fundação Cultural de Balneário Camboriú	3.482.625,87
34. Instituto de Previdência Social dos Serv. Munic. de Bal. Camboriú	58.339.994,00
35. Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	56.584.940,00

99. Reserva de Contingência	249.850,00
TOTAL	655.583.255,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	14.340.500,00
02. Judiciária	26.482.300,00
04. Administração	46.835.672,00
06. Segurança Pública	18.472.976,00
08. Assistência Social	15.290.076,00
09. Previdência Social	18.013.000,00
10. Saúde	92.087.650,00
11. Trabalho	5.000.000,00
12. Educação	118.252.955,00
13. Cultura	4.474.625,87
14. Direitos da Cidadania	1.191.200,00
15. Urbanismo	158.394.949,13
16. Habitação	450.000,00
17. Saneamento	54.949.940,00
18. Gestão Ambiental	5.221.000,00
19. Ciência e tecnologia	450.000,00
23. Comércio e Serviços	7.579.000,00
27. Desporto e Lazer	8.907.000,00
28. Encargos Especiais	20.243.567,00
99. Reserva de Contingência	38.946.844,00
TOTAL	655.583.255,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1502. Legislativo Atual	14.340.500,00
1504. Gestão Administrativa Eficiente	33.994.700,00
1506. Ações Judiciais	26.482.300,00
1508. Gestão Financeira Equilibrada	26.195.318,00
1510. Cultura e Arte	3.482.625,87
1512. Educação em Ação	4.173.700,00
1514. Educação de Qualidade	114.079.255,00
1516. Balneário Camboriú Mais Iluminada	6.985.800,00
1518. Desenvolvimento e Inclusão Social	8.195.670,00
1520. Assistência Social a Família	3.099.626,00
1522. Assistência a Criança e ao Adolescente	3.809.780,00
1524. Apoio ao Trânsito	9.445.019,00
1526. Prevenção de Sinistros	1.438.200,00
1528. Apoio ao Consumidor	354.200,00
1530. Meio Ambiente e Cidadania	4.096.000,00
1532. Balneário Camboriú – A Rota do Turismo	7.579.000,00
1534. Conservação do Patrimônio Público	3.694.500,00
1536. Segurança e Incolumidade Pública	10.494.250,00
1538. Plano de Saúde para o Servidor	8.460.348,00
1540. Previdência Social do Servidor	58.339.994,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1542. Saneamento e Qualidade de Vida	48.414.940,00
1544. Esporte Balneário Camboriú em Ação	8.988.300,00
1546. Habitação de Interesse Social	450.000,00
1548. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	7.170.000,00
1550. Obras e Benfeitorias Urbanas	49.813.639,13
1552. Gestão Tecnológica da Informação	1.037.000,00
1554. Planejar para Prosseguir	4.057.000,00
1556. Infra-Estrutura Viária	10.995.000,00
1558. Limpeza Urbana e Paisagismo	5.816.000,00
1560. Reestruturação das unidades de Saúde Pública	4.293.000,00
1562. Saúde de Qualidade para Todos	44.852.201,82
1564. Vigilância em Saúde	2.910.000,00
1566. Saúde de Média e Alta Complexidade	33.062.238,18
1568. Operações Urbanas Consorciadas	83.296.500,00
1570. Drenagem Urbana Sustentável	1.000.000,00
1572. Atendimento ao Idoso	185.000,00
1574. Profissionalização da Gestão Pública	251.800,00
1576. Reserva de Contingência	249.850,00
TOTAL	655.583.255,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	403.449.963,00
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	238.334.819,82
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	4.310.000,00
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	160.805.143,18
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	213.186.448,00
4.4.00.00 Investimentos	206.361.448,00
4.6.00.00 Amortização da Dívida	6.825.000,00
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	38.946.844,00
TOTAL	655.583.255,00

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º - O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2014 estima a receita em R\$ 503.277.375,00 (quinhentos e três milhões e duzentos e setenta e sete mil e trezentos e setenta e cinco reais) e fixa a despesa em R\$ 393.364.482,13 (trezentos e noventa e três milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e treze centavos) proporcionando um superávit de R\$ 109.912.892,87 (cento e nove milhões, novecentos e doze mil e oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração direta e indireta.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	338.822.375,00
1.1. Receita Tributária	155.078.500
1.2. Receita de Contribuições	6.698.500,00
1.3. Receita Patrimonial	13.635.475,00
1.6. Receita de Serviços	32.000,00
1.7. Transferências Correntes	127.798.050,00
1.9. Outras Receitas Correntes	35.579.850,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	164.455.000,00
2.1. Operações de Crédito	56.776.500,00
2.2. Alienação de Bens	500.000,00
2.4. Transferências de Capital	4.382.000,00
2.5 Outras de Capital	102.796.500,00
TOTAL	503.277.375,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	32.603.000,00
03. Secretaria de Gestão Administrativa	32.830.500,00
04. Secretaria da Fazenda	26.195.318,00
05. Secretaria de Educação	118.252.955,00
07. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	73.610.439,13
08. Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária	87.353.500,00
09. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	1.580.000,00
10. Secretaria do Meio Ambiente	1.403.000,00
11. Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social	8.606.670,00
12. Secretaria de Segurança e Defesa Social	10.439.000,00
13. Secretaria da Pessoa Idosa	185.000,00
21. Fundo Munic. De Melhoria da Policia Militar	55.250,00
99. Reserva de Contingência	249.850,00
TOTAL	393.364.482,13

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Judiciária	26.482.300,00
04. Administração	42.386.751,00
06. Segurança Pública	9.429.250,00
08. Assistência Social	8.791.670,00
11. Trabalho	5.000.000,00
12. Educação	118.252.955,00
13. Cultura	1.000.000,00
14. Direitos da Cidadania	837.000,00
15. Urbanismo	158.327.439,13
18. Gestão Ambiental	1.403.000,00
19. Ciência e Tecnologia	450.000,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
23. Comércio e Serviços	1.580.000,00
28. Encargos Especiais	19.174.267,00
99. Reserva de Contingência	249.850,00
TOTAL	393.364.482,13

III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	219.754.933,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	173.359.699,13
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	249.850,00
TOTAL	393.364.482,13

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º - O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2014 fixa a despesa orçamentária em R\$ 14.340.500,00 (quatorze milhões, trezentos e quarenta mil e quinhentos reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

§ 1º - A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	14.340.500,00
TOTAL	14.340.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	11.940.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	2.400.000,00
TOTAL	14.340.500,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2014 estima a receita em R\$ 31.178.320,00 (trinta e um milhões, cento e setenta e oito mil e trezentos e vinte reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 85.144.240,00 (oitenta e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil e duzentos e quarenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 53.965.920,00 (cinquenta e três milhões e novecentos e sessenta e cinco mil e novecentos e vinte reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de transferência da União e do Estado, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	28.085.320,00
1.3. Receita Patrimonial	319.500,00
1.7. Transferências Correntes	27.764.950,00
1.9 Outras Receitas Correntes	870,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.093.000,00
2.4. Transferências de Capital	3.093.000,00
TOTAL	31.178.320,00

§ 2º - A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	85.144.240,00
TOTAL	85.144.240,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	79.062.740,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	6.081.500,00
TOTAL	85.144.240,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente - FUNDEMA para o exercício de 2014 estima a receita em R\$ 1.437.650,00 (hum milhão, quatrocentos e trinta e sete mil e seiscentos e cinquenta reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 2.693.000,00 (dois milhões e seiscentos e noventa e três mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.255.350,00 (hum milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e cinquenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	11.650,00
1.3. Receita Patrimonial	7.800,00
1.6. Receita de Serviços	800,00
1.9. Outras Receitas Correntes	3.050,00

2. RECEITAS DE CAPITAL	1.426.000,00
2.4 Transferência de Capital	1.426.000,00
TOTAL	1.437.650,00

§ 2º - A Despesa do FUNDEMA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	2.693.000,00
TOTAL	2.693.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	913.000,00
4.0.00.00 Despesas de Capital	1.780.000,00
TOTAL	2.693.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO CONTRA SINISTROS

Art. 7º - O Orçamento do Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros – FUMPRESI para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 1.438.200,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.288.200,00 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil e duzentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	150.000,00
1.3. Receita Patrimonial	150.000,00
TOTAL	150.000,00

§ 2º - A Despesa do FUMPRESI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança Pública	1.438.200,00
TOTAL	1.438.200,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	358.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.080.200,00
TOTAL	1.438.200,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO ROTATIVO DO BEM ESTAR SOCIAL

Art. 8º - O Orçamento do Fundo Rotativo do Bem Estar Social – FURBES para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e transferência de capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	10.000,00
1.3. Receita Patrimonial	10.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00
2.4 Transferência de Capital	150.000,00
TOTAL	160.000,00

§ 2º - A Despesa do FURBES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. Habitação	450.000,00
TOTAL	450.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	250.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	200.000,00
TOTAL	450.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 9º - O Orçamento do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 630.500,00 (seiscentos e trinta mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 5.999.000,00 (cinco milhões e novecentos e noventa e nove mil e reais), proporcionando um déficit de R\$ 5.368.500,00 (cinco milhões, trezentos e

sessenta e oito mil e quinhentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	630.500,00
1.1. Receita Tributária	600.000,00
1.3. Receita Patrimonial	30.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	500,00
TOTAL	630.500,00

§ 2º - A Despesa do FUMTUR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
23. Comércio e Serviços	5.999.000,00
TOTAL	5.999.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	5.954.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	45.000,00
TOTAL	5.999.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 10. - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 3.398.780,00 (três milhões, trezentos e noventa e oito mil e setecentos e oitenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 3.227.780,00 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil e setecentos e oitenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e de outras receitas correntes provenientes de multas, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	171.000,00
1.3. Receita Patrimonial	20.000,00
1.7. Transferências Correntes	130.000,00

1.9. Outras Receitas Correntes	21.000,00
TOTAL	171.000,00

§ 2º - A Despesa do FMDCA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	3.398.780,00
TOTAL	3.398.780,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	3.108.780,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	290.000,00
TOTAL	3.398.780,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 11. - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.585.726,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil e setecentos e vinte e seis reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.099.626,00 (três milhões e noventa e nove mil e seiscentos e vinte e seis reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.513.900,00 (um milhão e quinhentos e treze mil e novecentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	633.854,00
1.3. Receita Patrimonial	25.200,00
1.7. Transferências Correntes	607.554,00
1.9. Outras Receitas Correntes	1.100,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	951.872,00
2.4. Transferências de Capital	951.872,00
TOTAL	1.585.726,00

§ 2º - A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	3.099.626,00
TOTAL	3.099.626,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.951.554,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	1.148.072,00
TOTAL	3.099.626,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Art. 12. - O Orçamento do Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIR, para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 8.545.200,00 (oito milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 8.460.348,00 (oito milhões, quatrocentos e sessenta mil e trezentos e quarenta e oito reais), proporcionando um superávit de R\$ 84.852,00, (oitenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e dois reais) que deverá ser transferido para a Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições, patrimonial e receitas intra-orçamentárias discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	6.384.200,00
1.2. Receita de Contribuições	5.884.200,00
1.3. Receita Patrimonial	500.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	2.161.000,00
7.2 Receita de Contribuições	2.161.000,00
TOTAL	8.545.200,00

§ 2º - A Despesa do FUNSERVIR será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.516.938,00
10. Saúde	6.943.410,00
TOTAL	8.460.348,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	8.330.348,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	130.000,00
TOTAL	8.460.348,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 13. - O Orçamento do Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 9.445.019,00 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e dezenove reais), proporcionando um déficit de R\$ 9.139.019,00 (nove milhões, cento e trinta e nove mil e dezenove reais), que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	306.000,00
1.3. Receita Patrimonial	306.000,00
TOTAL	306.000,00

§ 2º - A Despesa do FUMTRAN será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.771.983,00
06. Segurança Pública	7.605.526,00
15. Urbanismo	67.510,00
TOTAL	9.445.019,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	8.838.608,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	606.411,00
TOTAL	9.445.019,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Art. 14. - O Orçamento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor - FMDC para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 308.050,00 (trezentos e oito mil e cinquenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 354.200,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e duzentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 46.150,00 (quarenta e seis mil e cento e cinquenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	308.200,00
1.3. Receita Patrimonial	8.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	300.050,00
TOTAL	308.050,00

§ 2º - A Despesa do FMDC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
14. Direitos da Cidadania	354.200,00
TOTAL	354.200,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	256.200,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	98.000,00
TOTAL	354.200,00

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 15. - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes - FME para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 2.697.200,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e sete mil e duzentos reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 8.988.300,00 (oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil e trezentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 6.291.100,00 (seis milhões, duzentos e noventa e um mil e cem reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	25.200,00
1.3. Receita Patrimonial	24.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	1.200,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.672.000,00
2.4 Transferência de Capital	2.672.000,00
TOTAL	2.697.200,00

§ 2º - A Despesa da FME será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	50.000,00
27. Desporto e Lazer	8.907.000,00
28. Encargos Especiais	31.300,00
TOTAL	8.988.300,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	6.190.300,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	2.798.000,00
TOTAL	8.988.300,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Art. 16. - O Orçamento da Fundação Cultural de Balneário Camboriú - FCBC para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 61.300,00 (sessenta e um mil e trezentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.482.625,87 (três milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos), proporcionando um déficit de R\$ 3.421.325,87 (três milhões e quatrocentos e vinte e um mil e trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	61.300,00
1.3. Receita Patrimonial	4.500,00
1.6. Receita de Serviços	50.400,00
1.7. Transferências Correntes	3.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	3.400,00
TOTAL	61.300,00

§ 2º - A Despesa da FCBC será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Cultura	3.474.625,87
28. Encargos Especiais	8.000,00
TOTAL	3.482.625,87

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.708.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	774.625,87
TOTAL	3.482.625,87

DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Art. 17. - O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - BCPREVI para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 58.339.994,00 (cinquenta e oito milhões e trezentos e trinta e nove mil e novecentos e noventa e quatro reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 58.339.994,00 (cinquenta e oito milhões e trezentos e trinta e nove mil e novecentos e noventa e quatro reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	32.104.000,00
1.2. Receita de Contribuições	9.249.000,00
1.3. Receita Patrimonial	22.555.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	300.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	26.235.994,00
7.2 Receita de Contribuições	21.457.994,00
7.9 Outras Receitas Correntes	4.778.000,00
TOTAL	58.339.994,00

§ 2º - A Despesa do BCPREVI será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	1.110.000,00
09. Previdência Social	18.013.000,00
28. Encargos Especiais	520.000,00
99. Reserva de Contingência	38.696.994,00
TOTAL	58.339.994,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	58.279.994,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	60.000,00
TOTAL	58.339.994,00

**DO ORÇAMENTO DA EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ**

Art. 18. - O Orçamento da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 46.734.940,00 (quarenta e seis milhões e setecentos e trinta e quatro mil e novecentos e quarenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 56.584.940,00 (cinquenta e seis milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil e novecentos e quarenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 9.850.000,00 (nove milhões e oitocentos e cinquenta mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços, outras receitas correntes, receitas intra-orçamentárias correntes, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	45.902.440,00
1.3 Receita Patrimonial	1.323.460,00
1.6 Receita de Serviços	43.505.980,00
1.9 Outras Receitas Correntes	1.073.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	832.500,00
TOTAL	46.734.940,00

§ 2º - A Despesa da EMASA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. Saneamento	54.949.940,00
18. Gestão Ambiental	1.125.000,00
28. Encargos Especiais	510.000,00
TOTAL	56.584.940,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	34.250.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	22.334.940,00
TOTAL	56.584.940,00

Art. 19. - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Passivos Contingentes – RPPS	1.000.000,00
Passivos Contingentes – DEMAIS	5.250.000,00
Demais Riscos Fiscais	16.000.000,00
TOTAL	22.250.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivos contingentes especificados no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os passivos contingentes demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 20. - Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 21. - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recurso e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 23. - Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 21 desta Lei.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a sub-função, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 24. - As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 25. - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 26. - Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 27. - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 28. - Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal está autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 29. - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 30. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração direta ou indireta, bem como, EPAGRI, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM, AMFRI, UFSC, UDESC e demais Universidades e Faculdades.

Art. 31. - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único - A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 a 32 e 53 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014.

Art. 32. - A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

Balneário Camboriú (SC), 26 de dezembro de 2013.

Edson Renato Dias
Prefeito Municipal